



ACTA Nº 12/2008

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2008
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 24 DE NOVEMBRO DE 2008

-----No dia 24 de Novembro de 2008, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de Novembro, convocada ao abrigo do nº 1 do Art. 49º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Art. 19º, do nº 1 do Art. 23º, do nº 3 do Art. 26º e nº 2 do Art. 29º, todos do respectivo Regimento, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Apreciação e votação da proposta de Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Algarve;*
- PONTO 2 - *Designação de representante da Assembleia Municipal de Lagos na Comissão de Acompanhamento da retoma do Plano Director Municipal de Lagos;*
- PONTO 3 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de participação variável no IRS no ano de 2009;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da Proposta de Adesão do Município de Lagos à Agência de Desenvolvimento do Barlavento – Associação;*
- PONTO 6 - *Designação de novo representante na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lagos.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quorum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 54 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Carlos Alberto Esteves Pires
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)



Fl. 106v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
IND	José Mariano Monteiro de Jesus

-----**ENTROU JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Acta, o seguinte Deputado Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL
IND	Eduardo Morales Almeida Santana

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vereador



PSD	Saúl da Silva Baptista - Vereador
-----	-----------------------------------

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE FALTARAM À REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Batista Quintans Matos - Vice-Presidente
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador
PSD	Fernando Ferreira Alves - Vereador

-----ACTAS DE REUNIÕES ANTERIORES: Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos grupos municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes actas:

-----Acta nº 13/2007 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Setembro de 2007 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 24 de Setembro de 2007.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi a Acta nº 13/2007 colocada à votação, tendo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	7	2	1	25
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----Assim a Acta nº 13/2007 foi aprovada por maioria.-----

-----Acta nº 14/2007 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Setembro de 2007 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 1 de Outubro de 2007.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi a Acta nº 14/2007 colocada à votação, tendo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	6	2	1	25
ABSTENÇÕES	0	1	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----Assim a Acta nº 14/2007 foi aprovada por maioria.-----

-----Acta nº 15/2007 da 3ª Reunião da Sessão Ordinária de Setembro de 2007 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 8 de Outubro de 2007.-----

-----ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Durante esta apresentação, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
IND	Eduardo Morales Almeida Santana	20.58



Fl. 107v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi a Acta nº 15/2007 colocada à votação, tendo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	5	2	2	25
ABSTENÇÕES	0	1	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----Assim a Acta nº 15/2007 foi aprovada por maioria.-----

-----Não participou nesta votação, por se ter ausentado da sala, o Sr. Nuno Serafim (PSD).-----

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** Interveio o Município Sr. Nuno Serafim, convidando os Senhores Presidentes da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, da Junta de Freguesia de S. Sebastião, da Junta de Freguesia de Santa Maria, bem como todos os presentes e interessados, para assistirem à reunião de comerciantes, residentes e trabalhadores do Centro Histórico de Lagos, a realizar-se no dia 27 de Novembro, no Salão do Clube Artístico Lacobrigense, pelas 19 horas e onde irá ser discutido o estado actual do Centro Histórico.-----

-----Seguidamente interveio o Sr. Nídio Duarte que disse o seguinte: “Na sequência da minha última intervenção nesta Casa, onde apesar de tudo o público ainda é ouvido no início da sessão, atitude democrática que não se verifica nas Reuniões da Câmara, a qual transferiu, neste mandato, a intervenção do mesmo público para o final da mesma, com o objectivo claro de evitar a sua participação, venho de novo colocar algumas questões. E não venho, ao contrário do que foi referido nessa última sessão, referir a maioria socialista. Sou dos que ainda acreditam que há espíritos democráticos em todas as forças políticas. Isto, apesar de ter sido classificado por um dos membros deste órgão, como uma mente doentia. Este relato provará que a sua subserviência é que pode ser classificada de doentia. Tenho vindo a ler, num curto período de férias uma obra que se intitula “GRANDES LÍDERES NÃO ACEITAM SIM COMO RESPOSTA”. E não consegui evitar que o meu pensamento estabelecesse alguma analogia com o que se passa na vida política lacobrigense e, em especial, com quem mais responsabilidade tem pela prática de uma política democrática, responsável e tecnicamente correcta. Uma premissa central deste livro é que a capacidade de um líder seguir em frente, enfrentando choques de personalidades, pressões sociais e políticas do processo de decisão, determina se ele vai seleccionar a alternativa apropriada e se a implementação decorrerá tranquilamente. Podemos desde já concluir que a liderança em Lagos está longe de reflectir o que aquela premissa define. Quantas pessoas já criticaram os pontos de vista da liderança camarária durante uma reunião desta Assembleia? Estou a falar agora e de forma clara da maioria que apoia este Executivo. Mas podia estender esta pergunta aos chefes de departamento e outros quadros superiores da Câmara Municipal. Está provado que a maioria dos quadros sentem-se normalmente desconfortáveis em expressar discórdia junto do Chefe. Aqui, neste Órgão, só me lembro de um membro da maioria, Manuel Borba, ter votado contra uma proposta do Executivo. Diz aquele livro que alguns executivos



preferem gerir pelo medo e pela intimidação e gostam de impor as suas ideias. Está provado que, regra geral, este tipo de liderança, está condenado ao insucesso, apesar de conseguir alguns bons resultados temporariamente. O Presidente Kennedy foi bem sucedido, depois do desastre com a invasão de Cuba, porque aprendeu com os seus erros, mas para isso foi necessário que ele tivesse alguma abertura de espírito. Ora em Lagos, essa abertura de espírito não existe e a tendência é para se persistir no erro. Recorde-se que quando o Dr. Luís Reis aconselhou o Presidente da Câmara, aqui mesmo neste salão, a não concentrar demasiados projectos num curto período de tempo, o líder fez ouvidos de mercador. Os resultados já começam a estar aí, mas o verdadeiro impacto negativo ainda está para vir. Está mais que provado que os líderes devem mesmo ir em busca de opiniões discordantes. Houve mesmo grandes líderes que afirmaram: Quero tudo em cima da mesa. Nenhuma ideia é estúpida, todas são boas ideias. O verdadeiro líder tem que se aperceber se os que o rodeiam demonstram uma amabilidade superficial e se estão a dizer Sim, quando na realidade querem dizer Não. Uma das perguntas que eu colocaria, depois do estudo da Price Waterhouse, era se se procurou reduzir o número de níveis hierárquicos e se conseguiu simplificar a estrutura da Câmara. Reestruturar, significa redireccionar a atenção das pessoas para longe dos cargos e no sentido de identificar os interesses, de inventar opções criativas e de discutir padrões justos de selecção de uma dessas opções. Ora se o líder recusa sistematicamente qualquer ajuda, qualquer outra opção, é tudo menos um líder. Até homens sobredotados como Winston Churchill diziam com alguma humildade: Estou sempre pronto a aprender, apesar de nem sempre gostar de ser ensinado. Os líderes devem ser adeptos do diagnóstico, da mediação, da orientação e da facilitação e para que tenham a pretensão de ser líderes, têm que ter uma grande componente de previsão. Aqui, neste mesmo salão, o Presidente da Câmara, só se apercebeu da crise, que se arrastava desde a última metade do ano passado, no passado dia 6 de Outubro – um ano depois – quando o céu nos caiu em cima da cabeça – palavras suas. Está também provado que conduzir um processo justo, poupa tempo, em vez de causar atrasos onerosos, porque foram acumulados conselhos e informações de uma grande diversidade de fontes. Um bom exemplo em que isso não foi conseguido, foi o encerramento do parque de estacionamento da avenida, já vai para mais de dois meses e onde foi esquecido um posto transformador da EDP. Podia dar alguns mais, mas não vale a pena. Perguntarão com toda a legitimidade, porque venho eu aqui fazer esta dissertação. Para assumir protagonismo? Talvez. Para defender outras cores partidárias? De certeza que não. Para me afirmar? Não necessito. Sem qualquer pretensão de vender modéstia, o meu percurso, feito de erros e vitórias, provou que eu sabia liderar e que não foi necessário, nem um padrinho, nem um veículo político para conseguir chegar ao topo de uma carreira, numa organização em que éramos responsabilizados pelos nossos erros. Venho aqui, pelas mesmas razões que vim da última vez – exercer os meus direitos de cidadania e dizer-lhes mais uma vez que: - Vêm aí tempos ainda mais difíceis. Empresas a fechar, taxas de desemprego a aumentarem assustadoramente, um sistema financeiro em rotura, etc. etc. - Que este órgão deve recomendar de imediato um plano de acção social em que sejam envolvidas todas as



Fl. 108v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

forças políticas e todas as instituições de carácter social. - Que medidas avulso como a contínua injeção de dinheiros públicos na Santa Casa (embora um mal menor), não resolvem o problema. - Que existe uma contradição profunda quando se afirma que, e passo a citar, Os Irmãos são responsáveis pela Irmandade, para logo a seguir se atribuírem subsídios e mais subsídios a Clubes e outras organizações similares, onde, seguindo a mesma filosofia, os sócios deviam ser responsáveis pelos mesmos. - Que é urgente um plano de redução de despesas desnecessárias e não prioritárias. - Numa só palavra – é necessária uma liderança que saiba reflectir tudo o que atrás foi dito. - Não esqueçam que os grandes sucessos estão ligados a instituições e empresas com uma cultura na qual não têm que dizer SIM e em que todas podem dizer NÃO.”-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 333/08 a 397/08, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 211/08 a 270/08, inclusive.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pela Comissão Especializada Permanente de Saúde e Acção Social: “Foi com grande satisfação que a Comissão Especializada Permanente de Saúde e Acção Social, da Assembleia Municipal de Lagos, tomou conhecimento da intenção do Ministério da Saúde em construir novas instalações para albergar os actuais serviços colocados à disposição da população lacobrigense e de todos os cidadãos em geral e ainda com a possibilidade de acrescentar novos serviços. Novas instalações para o Hospital de Lagos são um antigo anseio das populações e têm sido uma reivindicação do Órgão Deliberativo do Município de Lagos desde há bastantes anos - facto demonstrado através de várias moções/propostas aprovadas por unanimidade ao longo de vários mandatos autárquicos. A Assembleia Municipal de Lagos, na 1ª Reunião da sua Sessão Ordinária de Novembro de 2008, realizada no dia 24 de Novembro, congratula-se com as notícias emitidas pela comunicação social relativamente ao futuro do Hospital de Lagos, parte do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E.P.E., dando conta das intenções da tutela de avançar na concretização da realocização do Hospital e renova, mais uma vez, o seu desejo, colaboração e empenho no sentido de serem brevemente encontradas as melhores soluções que levem à concretização das novas instalações do Hospital de Lagos. Dessa forma serão prestados no Município de Lagos cada vez mais e melhores cuidados de saúde a todos os cidadãos através do Serviço Nacional de Saúde e, também, dignificaremos a imagem de Portugal e dos seus serviços públicos, junto de todos aqueles que nos visitam.” Após esta leitura informou que tinha sido abordado por alguns dos Membros da Comissão que coordena, que lhe fizeram ver que o documento não reflectia, na totalidade, a opinião na Comissão, por isso informou que esta Moção iria baixar à Comissão Especializada Permanente de Saúde e Acção Social.”, tendo acrescentado que depois de ter elaborado este documento, alguns Membros da Comissão colocaram algumas reservas sobre o mesmo, por isso e



como acha que o documento deve ser alvo de unanimidade, sugeriu que o documento fosse retirado para ser melhorado e voltar, numa próxima oportunidade, para apreciação do Plenário.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) perguntou que tipo de reservas tinham sido colocadas.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) esclareceu que havia Membros da Comissão que achavam que o documento deveria ser mais reivindicativo e não dando por assumido que a construção está garantida, acrescentado que são maneiras de ver, mas concorda e propõe a retirada do documento.-----

-----Tendo sido esta proposta aceite, consensualmente pelo Plenário, foi a Moção, apresentada pela Comissão Especializada Permanente de Saúde e Acção Social, retirada.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que do conhecimento que todos tiveram da proposta apresentada pelo Governo, para o Orçamento de Estado e PIDAAC para 2009, constatou que há obras que há longos anos que são exigidas pelo município e que mais uma vez não foram contempladas, acrescentado que o valor em PIDAAC para o Algarve tem vindo a diminuir nos últimos anos.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) informou que o Município de Lagos tinha ganho o segundo prémio da Bandeira Azul 2008, o que prova que as críticas feitas à Bandeira Azul não tinham fundamento. Esclareceu que o Grupo do PS vota favoravelmente os assuntos que a Câmara apresenta na Assembleia, porque tem maior conhecimento dos mesmos, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara troca opiniões com a Bancada do PS na Assembleia Municipal. Acrescentou que o PS tem outros locais para dizer não. Disse que tinha estado em Lagos a Nau Vitória junto à Caravela Boa Esperança, esperando que aqueles que votaram contra a permanência da Caravela em Lagos tenham ido visitar a Nau. Referiu que a bancada do PS na Assembleia Municipal se congratulava com a realização da Feira Multicultural realizada no fim de Outubro.---

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que os munícipes de Lagos são os que mais impostos pagam a nível regional e nacional, derivado da política do actual Presidente da Câmara Municipal. Deu os parabéns à Escola Secundária Júlio Dantas por ter ficado no vigésimo lugar a nível nacional, no que aos exames de matemática diz respeito. Em relação à Caravela disse que no Grupo do PSD tinha havido liberdade de voto e nem todos os Deputados Municipais de PSD votaram contra a permanência da Caravela em Lagos. Referiu que em termos de aquisição da primeira habitação Lagos é o Concelho que apresenta os preços mais elevados do Algarve.---

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) dado à actual situação de crise vivida por todo o Mundo e em particular no Município de Lagos, apelou a todos que unissem esforços para procurar soluções comuns, uma vez que o que, normalmente, se assiste na Assembleia Municipal é ao degladiar de posições de Poder, posições que têm a ver com os interesses de cada bancada. Terminou disponibilizando-se para colaborar no sugerido.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que não tinha percebido a congratulação da Bancada do PSD em relação à



Fl. 109v.

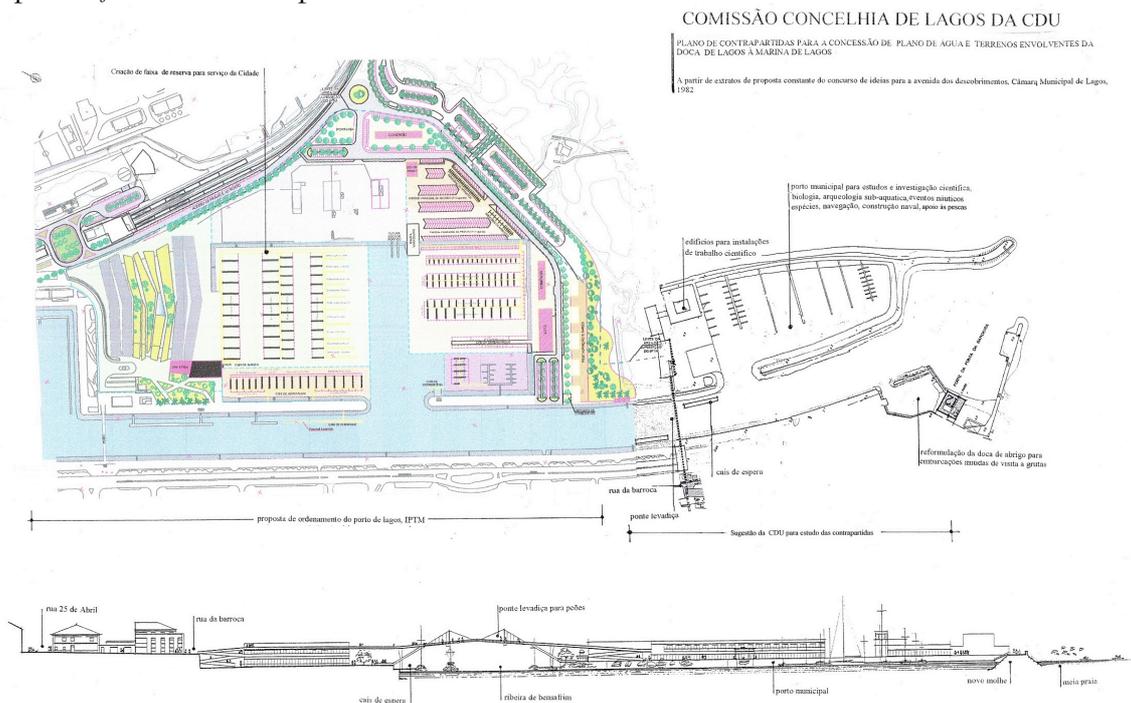
ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Escola Júlio Dantas, uma vez que o PSD diz que os exames de matemática tinham sido manipulados e muito fáceis.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) disse o seguinte: “Posição Pública da CDU face ao parecer favorável emitido pela Câmara Municipal de Lagos ao Plano de Ordenamento da Doca de Lagos. A Câmara Municipal de Lagos emitiu PARECER FAVORÁVEL, só com os votos favoráveis do PS, e a abstenção PSD, ao Plano em referência. Este Plano, que foi feito pela marina de Lagos, divide o porto em dois, separados. O uso e a posse da metade norte da doca e terrenos confinantes, com edifícios, arruamentos e espaços livres são entregues à Marina de Lagos. Deixa para a pesca, profissional e de amadores, para as marítimo-turísticas, para o recreio de Lagos e visitantes, assim como para toda a manobra de embarcações que entrem na doca, a área restante da doca e os poucos terrenos a sul e sueste. A empresa Sopromar, fica onde está. Tinha havido um acordo para um Plano para o Porto de Lagos e terrenos envolventes, em Junho de 2005, entre a CML, a REFER, a CCDR e o IPTM. Em Setembro de 2006 a CML emitiu parecer favorável a um Plano Sectorial da Doca de Lagos. Em Julho de 2008, foi apresentada a Reformulação do Plano Sectorial da Doca de Lagos. Agora, em Novembro de 2008, aparece esta Proposta de Ordenamento do Porto de Lagos, do IPTM, numa reunião nos Paços do Concelho, em que foi apresentada oficialmente à CML pela empresa da marina de Lagos, sem o IPTM estar representado, e com a presença da Comissão Especializada Permanente de Urbanismo, Planeamento e Acessibilidades da Assembleia Municipal. A CDU, através do seu representante nessa Comissão, declarou imediatamente que não deveria ser emitido qualquer parecer, uma vez que nenhuma entidade ou organismo público ou privado em Lagos sabia desta Proposta, excepto a Câmara Municipal. Não houve consulta, nem informação, nem debate da CML com os interessados de Lagos, nem com a Assembleia Municipal, tudo não passou das quatro paredes da Câmara. A CDU entende e propõe ser indispensável que a Proposta seja debatida com a Cidade, com os homens do mar, com todos os interessados no futuro do porto, sejam da pesca e do turismo ou desporto náutico, em consulta pública preparada com informação suficiente para se saber dar opinião bem fundamentada, que atenda a todos os aspectos envolvidos. A Cidade é a primeira interessada no desenvolvimento do seu porto e não podem ser só umas poucas opiniões, a decidir o futuro de toda a Cidade. É indispensável que sejam apresentadas publicamente as justificações para o programa desta Proposta. Que seja explicado porque é que são aqueles os locais para cada actividade e porque é que são aqueles os números de embarcações e amarrações. Agora, só se sabe que para a marina vai o espaço e o local que lhe interessa, e só o resto que sobra é que vai para todas as actividades marítimas de Lagos, profissionais, amadores e visitantes. As quantidades não se sabe se são as necessárias, ou se são só as que lá cabem. A CDU não aceita que não se fale em condições para modernização da pesca, para melhores condições de trabalho para os homens do mar, para desenvolvimento das actividades complementares, lota, frigoríficos, oficinas e comércio, para apoios à faina da pesca e do tratamento do peixe, para desenvolvimento da navegação de recreio local. A CDU tem vindo a alertar ao



longo dos anos que a diversificação das actividades produtivas, neste caso as ligadas à pesca, é a melhor forma de fortalecer a economia do concelho e torná-la, de certo modo, mais capaz de resistir aos altos e baixos da mono cultura do turismo. Para a CDU, a Proposta terá que falar também na diversificação de Lagos para outros importantes campos ligados à náutica, que não sejam só os da navegação de recreio. Para a CDU, o porto de Lagos tem que considerar aptidão para a investigação científica, o estudo dos mares, as técnicas de construção, toda a modernidade naval, a arqueologia subaquática, tudo enormes mais valias sociais e turísticas, capazes de trazer novos focos de interesse e de caracterização marítima de Lagos, com reflexos decisivos no turismo e que desenvolvam a economia local. Tudo isto depende, directamente, das condições portuárias, que deixam de poder aceitar essas novas e exigentes instalações. PRINCIPALMENTE, NÃO SE FALA NAS CONTRAPARTIDAS DA MARINA PARA COM A CIDADE, PELO RECEBIMENTO DE INFRAESTRUTURAS PUBLICAS EXISTENTES FUNDAMENTAIS DO PORTO DE LAGOS, COMO AS QUE SÃO PRETENDIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA MARINA. É fundamental para Lagos que se estabeleçam estas contrapartidas, em acordo entre os interesses de Lagos e os da marina, com a intervenção do IPTM. Contrapartidas essas que serão tão importantes para a Cidade como para a própria marina, pelo maior prestígio e qualidade de imagem que trarão para Lagos. Neste sentido, a CDU preparou e apresenta uma sugestão, oriunda da coordenação de várias fontes e opiniões, para ser estudada como ponto de partida para as contrapartidas a receber pela Cidade de Lagos para gestão municipal, onde se equilibrem os interesses públicos e privados trabalhando para um futuro sustentável da nossa região. Anexa-se a respectiva peça desenhada, para juntar à Proposta já apresentada, para apreciação em debate público.”-----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

Fl. 110v.

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que, assim como o Sr. Eduardo Santana está com honestidade na Assembleia Municipal, também todos os outros Deputados Municipais o estão, acrescentando que existem políticas que não são passíveis de consenso. Disse que a Câmara tem feito tudo aquilo que mexe com a vida dos cidadãos, tem mexido numa série de situações como nos impostos municipais, nas taxas, nas licenças, na política de ordenamento do território, e com estas políticas o PSD não pode estar de acordo. Referiu que só pode haver consenso em matérias com que todos possam estar de acordo. Disse que da parte do PSD nunca poderá haver a possibilidade de consenso, enquanto o PS insistir no tipo de política que está a praticar. Em relação à Escola Júlio Dantas, disse que a mesma tinha ficado numa posição diferente da do ano passado, pelo que considera ter havido um salto qualitativo. Disse que a escola não é do PS nem do PSD, mas o PSD quando vê resultados positivos no Concelho, elogia quem merece, sem olhar a Partidos, situação que o PS não faz.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o que estava em causa não eram os professores de matemática nem os alunos de matemática; o PS congratula-se com os êxitos em matemática a nível nacional não percebe é o facto do PSD apregoar, a nível nacional, que os exames de matemática tinham sido uma fraude e que tinham baixado as médias e agora congratular-se com os resultados da Júlio Dantas; considera essa situação uma hipocrisia. Em relação ao Plano de Ordenamento da Doca de Lagos, disse o seguinte: “O PS / Lagos saúda a reformulação do Plano Sectorial do Porto de Lagos, cujos estudos estão a ser elaborados, numa parceria entre o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P. (IPTM) e a concessionária da Marina de Lagos, Marlagos S. A. Os eleitos socialistas da Câmara Municipal de Lagos fizeram aprovar um parecer favorável condicionado ao reforço de acessibilidades, das infra-estruturas e altimetria dos edifícios, reservando-se o direito de acompanhar a elaboração do plano e sobre ele se pronunciar mais detalhadamente nas próximas fases do seu desenvolvimento, com o compromisso de continuar a proceder à audição de todos os sectores de actividade utilizadores do Porto de Lagos. A situação actual do Porto de Lagos não serve devidamente os interesses dos que dele dependem. Não serve convenientemente os pescadores, os comerciantes e as actividades marítimo-turísticas, não serve os utentes amadores e não serve especialmente a boa imagem da cidade de Lagos. A actual situação do Porto de Lagos, que já se arrasta há longos anos, é contra a evolução da economia, o progresso das actividades tradicionais e do turismo. A requalificação do Porto de Lagos vai prever um novo e moderno edifício para a lota, 784 postos de acostagem, dos quais 409 serão dedicados à pesca (profissional e desportiva), 117 para as marítimo-turísticas e 49 para a vela, uma nova unidade hoteleira de 4/5 estrelas, “dry stack” (armazém para barcos em seco), novos cais flutuantes, novos arruamentos, melhores estacionamento, nova rampa/varadouro e novos armazéns. Os postos de acostagem do Clube de Vela de Lagos passarão de 34 para 49. A



requalificação do porto é uma obra fundamental para a qualificação da frente de mar da nossa cidade, conjugando a melhoria dos aspectos estéticos com uma melhor funcionalidade e criando mais postos de trabalho e riqueza. Em contraponto com os que querem o Porto de Lagos na mesma, defendendo soluções que não existiram há 20 anos, não existem actualmente e não existirão nos próximos 20 anos, o PS Lagos assume a defesa do melhor para os lacobrigenses e para a nossa terra. Esta é uma feliz oportunidade que não se pode perder!”-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) afirmou que as palavras do Sr. Nuno Serafim nada de novo trazem à discussão e que a atitude demonstrada no seu discurso não dignifica o Órgão.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que é preocupação constante da CDU servir o Município de Lagos, por isso o apelo feito pelo Sr. Eduardo Santana não serve para a CDU, acrescentando que estes apelos devem ser feitos quando não se está em crise. Realçou que o que o Município precisa é de uma política diferente da que está a ser praticada e não é com “panos quentes” que se vai resolver a crise instalada. Referiu que existe o desequilíbrio entre riqueza e pobreza no Algarve.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) agradeceu as palavras do Sr. Eduardo Santana, mas esclareceu que este tinha feito uma interpretação errada das suas palavras, uma vez que tinha dito que em relação a determinadas matérias não existe a possibilidade de consenso, acrescentando que a posição do PSD em Lagos é demonstrada nas propostas apresentadas na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, que por questões de opções políticas são divergentes das do PS. Disse estarem em posição de ter uma atitude crítica em relação a determinadas situações verificadas na Câmara Municipal. Concorde que tenha que haver consenso em determinadas situações, mas a matriz do PS não é compatível com a do PSD. Afirmou que não quer entrar no campo pessoal uma vez que o PSD está na Assembleia Municipal para discutir os problemas do Concelho. Ainda sobre a Escola Júlio Dantas referiu que a mesma se encontrava na posição duzentos e cinquenta e tal no ano passado, em relação aos resultados dos exames de matemática e este ano está na posição vinte, o que é bastante melhor e significa que melhorou.-----

-----O Sr. José Mariano (IND) disse que tinha estado presente da reunião sobre o Plano Sectorial do Porto de Lagos e sabe que a Marlagos não vai fazer a obra para beneficiar o Concelho e a população de Lagos, chegando à conclusão que estas obras vão fazer com que a situação actual dos pescadores piore. Afirmou que estas obras vão trazer riqueza para a Marlagos. Em relação aos acessos para o outro lado da Ribeira de Bensafrim, disse que a Marlagos não quer outra ponte e diz mesmo que a que existe já prejudica a entrada e saída de barcos e acrescentou que a Marlagos não respeita os utilizadores da ponte. Disse que não concordava com a obra que ia ser feita pela Marlagos na outra margem da Ribeira de Bensafrim, da maneira como foi proposta. Afirmou ainda que o Estado arranjou maneira da Marlagos fazer substituir o Estado numa intervenção que é necessário fazer na zona, mas que não traz grande benefício para o Concelho.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que não podia concordar com as palavras proferidas pelo Sr. Mariano quando este refere que a Marlagos vai fazer uma obra só



Fl. 111v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

para seu benefício, não beneficiando o Concelho com essa obra. O modelo da Marlagos pode ser criticável, mas a construção da Marina trouxe desenvolvimento para a cidade. Em relação ao apelo que tinha feito na sua primeira intervenção disse compreender as palavras do Sr. Nuno Serafim, compreende a posição de quem aspira ao Poder.-----

-----O Sr. José Mariano (IND) disse que a opinião que deu foi a formulou depois da reunião e que o Sr. Santana não esteve presente na reunião. Ainda sobre os acessos para a outra margem disse que a Marlagos é da opinião de que o vai-vem devia ser substituído por um barco típico da região por causa dos turistas, e acabava com a ponte, o que significa que a Marlagos não se preocupa com as necessidades dos Lacobrigenses.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) esclareceu que não esteve presente na reunião referida pelo Sr. Mariano porque o Grupo Independente designou o Sr. Mariano para estar presente nestas reuniões, ele próprio só participa nas reuniões da Comissão Permanente.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 7 minutos, Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 26 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), apresentou a seguinte Proposta de Alteração à Ordem do Dia: “Alteração da redacção do Ponto 1 da Ordem do Dia, que passa a ter a seguinte redacção: Ponto 1 - Comunidade Intermunicipal do Algarve: a) Apreciação e votação da proposta de Estatutos; b) Eleição dos Membros para a Assembleia Intermunicipal. - Introdução de 4 Pontos na Ordem do Dia, a solicitação da Câmara Municipal, ao abrigo do Artº 83º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1: - Apreciação e votação da proposta de actualização da Taxa Municipal de Urbanização para 2009 – Ponto 5; - Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento para 2009 – Ponto 6; - Apreciação e votação da proposta de alteração dos Estatutos da Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva, E. M. – Ponto 7; - Apreciação e votação da proposta de alteração dos Estatutos da Futurlagos – Empresa Municipal para o Desenvolvimento, E. M. – Ponto 8. Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de Adesão do Município de Lagos à Agência de Desenvolvimento do Barlavento – Associação – passa a ser o Ponto 9 da Ordem do Dia; Ponto 6 - Designação de novo representante na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lagos – passa a Ponto 10 da Ordem do Dia.”-----

-----O Sr. José Mariano (IND) disse que esta alteração à Ordem do Dia lhe fazia uma certa confusão: em primeiro lugar porque esta Sessão, na sua opinião, deveria ser extraordinária e no dia 2 de Dezembro a ordinária, onde se devia apreciar o Plano e Orçamento. Como esta Ordem do Dia já está extensa e ainda vai ficar mais, por conseguinte não concorda com esta alteração.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que os Pontos a serem introduzidos deviam ser acrescentados aos que já estão agendados. Em relação ao Ponto 1 da



Ordem do Dia - Comunidade Intermunicipal do Algarve, disse ter lido a recomendação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, mas considerar que incluir uma alínea no Ponto para a eleição dos Membros da Assembleia Intermunicipal, não respeita o que a Lei diz, que os Membros devem ser eleitos nos trinta dias após a publicação dos Estatutos. Assim anunciou que a CDU iria votar contra esta Alteração à Ordem do Dia se se mantivesse esta proposta de alteração relativamente ao Ponto 1.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) disse que a documentação relativamente ao Plano e Orçamento foi entregue no início da presente reunião, pelo que os Deputados Municipais não estão preparados para discutir esse documento durante a presente reunião, mas é possível os trabalhos, nesta reunião, chegaram ao Ponto 6, por isso perguntou qual vai ser a posição do Sr. Presidente da Mesa se isso se verificar.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) assumiu o compromisso de que caso os trabalhos da presente reunião chegassem ao Ponto 6 suspendia a Sessão, continuando a mesma noutro dia.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de Alteração à Ordem do Dia apresentada pela Mesa, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	7	0	1	24
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	2	1	3

-----Assim a Proposta de Alteração apresentada pela Mesa foi aprovada por maioria.-----

-----Seguidamente foi colocada à votação a nova Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal, tendo sido a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	7	0	1	24
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	2	1	3

-----Assim foi aprovada, por maioria, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE: A) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTATUTOS; B) ELEIÇÃO DOS MEMBROS PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-468-8.-----

-----**PONTO 1 - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE: A) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTATUTOS.**-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) disse o seguinte: “Sobre a Criação das Associações de Municípios (Lei 45/08 de 27 de Agosto). 1. A Lei agora aprovada consagra, ainda que realizada em nome do seu contrário, um modelo e objectivos



Fl. 112v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

que a legislação aprovada no governo de Durão Barroso (Leis 10 e 11/2003) no essencial prosseguia: - A imposição de um modelo de associações municipais de carácter obrigatório, violadora do princípio de livre associação e do carácter voluntário que por definição constitucional está atribuída às associações de municípios; - A construção de soluções baseadas no nível municipal, mas às quais se atribuem algumas tarefas supramunicipais, concebidas enquanto instrumentos destinados a impor soluções de gestão territorial que neguem ou iludam a inexistência das regiões administrativas. 2. Em larga medida pode-se mesmo concluir que a actual lei vai mais longe do que a legislação da “reforma Relvas” na violação da autonomia municipal. 3. A Lei estabelece dois tipos de associações: aquelas que correspondem ao modelo imaginado e imposto pelo diploma, baseada territorialmente nas áreas das NUT’s III (que é o caso deste ponto da OT), a que generosamente é atribuída a natureza de entidades de direito público; e as outras, denominadas de fins específicos, que resultando da livre opção dos municípios que entendam não adoptar as soluções do diploma, remetidas para um regime de direito privado. Excepção feita às associações de municípios já existentes à data da publicação a quem é reconhecido o estatuto de entidade de direito público. 4. Não é possível deixar de observar três aspectos mais gerais do regime proposto para as associações de municípios de fins gerais: - O do elenco de competências, onde é patente a clara intenção de, num quadro fluído e residual de competências (remetidas para funções de “coordenação”, “participação” ou “articulação”), se apresentarem concebidas para transformar estas entidades em depositárias de tarefas e responsabilidades a transferir da administração central; - O do modelo de constituição dos seus órgãos, em que no órgão deliberativo o regime de constituição não assegura, ao substituir o colégio eleitoral geral pela eleição em cada assembleia municipal, a representação política das forças presentes nesses órgãos; - O do modelo de financiamento, no qual “as transferências do Orçamento de Estado”, não passam, a exemplo do que sucedia com as Leis 10 e 11 de 2003, de um mero engodo. Os “0,5% da transferência do FEF corrente prevista para o conjunto de municípios da área” são um valor absolutamente risível (a título de exemplo, para a NUT Baixo Alentejo significaria cerca de 270 mil euros) se não mesmo inferior ao que resultará das transferências dos GAT’s que existam na sua área de intervenção. 5. O papel reservado a estas entidades aparece assim como o de preencher, indevida e infrutiferamente, o espaço que apenas a criação das regiões administrativas pode assegurar (é aliás esclarecedor que um documento como o PNPOI apresente uma estratégia a prazo de planeamento e desenvolvimento nacional e regional sem nunca prever a existência e o papel que o nível regional de poder deveria assumir). Os anos decorridos desde a implementação da GAMAL, confirmam as apreciações desde sempre feitas pelo Partido Comunista Português quanto à sua real eficácia. Confirmam, nomeadamente, que a intenção foi encontrar um paliativo para não concretizar o desígnio constitucional da regionalização. 6. Com a criação destas entidades, e sobretudo o que com elas se justifica não criar, fica assegurado ao actual governo num horizonte temporal desejável (2013) a total margem de decisão para gerir aquilo que porventura, em termos de montantes equiparáveis, será o último



pacote financeiro comunitário. Não passa de pura manobra ilusória o “poder” referido no diploma de “participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional no âmbito do QREN” conhecido que é o papel absolutamente marginal atribuído aos municípios e às suas associações sobre gestão e execução do QREN. 7. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos reafirmam, mais uma vez, que pugnam pela regionalização e por uma outra política que efectivamente conduza a um novo rumo para a resposta aos problemas regionais.”-----

-----Posto isto passou à votação a **PROPOSTA DE ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE**, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	10	7	0	2	19
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	2	0	2

-----Assim foi deliberado, por maioria, aprovar os Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Algarve, a criar na decorrência da entrada em vigor do novo Regime Jurídico do Associativismo Municipal, aprovado pela Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto, conforme a proposta apresentada pela AMAL – Grande Área Metropolitana do Algarve.-----

-----Não participaram nesta votação, por não estarem presentes na sala no momento da votação, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)

-----**PONTO 1 - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE: B) ELEIÇÃO DOS MEMBROS PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL.**-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), deu a conhecer as listas entregues na Mesa.-----

-----**Lista A:** 1 – Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim; 2 – José Joaquim Pacheco dos Reis; 3 – João António do Rio Rosa Bravo; 4 – Eurico José dos Reis Correia;



Fl. 113v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

5 – Fernando Ramos Bernardo.-----
-----**Lista B:** 1- Paulo José Dias Morgado; 2 - Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira; 3 - Eduardo Morales Almeida Santana; 4 - Carlos Alberto Martins Ribeiro; 5 - Carlos Alberto Esteves Pires.-----

-----**Lista C:** 1 - José Manuel da Glória Freire de Oliveira; 2 - Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia.-----

-----Verificada a legalidade das Listas apresentadas procedeu-se à **ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE**, conforme o referido no nº 3 do Artigo 11º da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto, por escrutínio secreto e por listas, tendo-se verificado os seguintes resultados:

	Número de Votos
NÚMERO DE ELEITORES	21
NÚMERO DE VOTOS	21
Lista A	8
LISTA B	11
LISTA C	2
BRANCOS	0
NULOS	0
ABSTENÇÃO	0

-----Assim, de acordo com o nº 4 do Artigo 11º, conjugado com a alínea b) do nº 2 do mesmo Artigo, da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto: - A distribuição dos mandatos foi a seguinte (nº e ordem): - Lista A: 2 (2º, 4º); - Lista B: 3 (1º, 3º, 5º). - Os candidatos eleitos, pela ordem da sua eleição, são os seguintes: - Paulo José Dias Morgado; - Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim; - Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira; - José Joaquim Pacheco dos Reis; - Eduardo Morales Almeida Santana.-----

-----**PONTO 2 - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA RETOMA DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-468-14.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) propôs-se como candidato apresentado pelo Grupo Municipal do PS.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) indicou o Sr. João Bravo como candidato apresentado pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) indicou o Sr. José Manuel Freire como candidato apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Verificada a legalidade dos nomes propostos procedeu-se à **ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS NA COMISSÃO DE**



ACOMPANHAMENTO DA RETOMA DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LAGOS, conforme o referido na alínea c) do nº 1 do artigo 7º, da Portaria nº 1474/2007, de 16 de Novembro, por escrutínio secreto, tendo-se verificado os seguintes resultados:

	Número de Votos
NÚMERO DE ELEITORES	27
NÚMERO DE VOTOS	27
PAULO MORGADO	17
JOÃO BRAVO	8
JOSÉ MANUEL FREIRE	2
BRANCOS	0
NULOS	0
ABSTENÇÃO	0

-----Assim foi designado, como representante da Assembleia Municipal de Lagos, na Comissão de Acompanhamento da retoma do Plano Director Municipal de Lagos o Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

-----SAÍDA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Após esta votação, ausentou-se, definitivamente, da sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim	22.56

-----PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO: Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D-468-16.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) começou por perguntar por mais pormenores sobre a questão do elevado número de gaiotas na cidade. Disse que não tinha visto na Informação qualquer referência sobre a data de abertura ao público do Centro de Ciência Viva, tendo perguntado se já estava encontrada uma data. Sobre arquivos perguntou se estava prevista a concentração de todos os espaços que a Câmara ocupa com arquivo num só local. Disse ter ido à inauguração do Armazém do Espingardeiro, a convite da Câmara Municipal, e tinha estranhado o edifício não cumprir a legislação para os edifícios públicos sobre a acessibilidade aos mesmos, por isso perguntou se a situação já tinha sido resolvida ou se havia intenção de a resolver.-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) disse que tinha verificado a queda das receitas correntes em cerca de nove por cento, as despesas de funcionamento continuam a crescer, o baixo nível de execução do PPI é uma evidência, por isso perguntou que medidas estavam a ser tomadas para travar um pouco a situação da queda real das receitas correntes e da subida das despesas de funcionamento, de modo a minimizar



Fl. 114v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

a quebra no investimento que se está a denotar. Referiu que se continuar por este caminho chega-se ao final do ano com um grau de execução do PPI muito baixo.----

-----O Sr. José Mariano (IND) em relação ao segundo lugar alcançado pelo Município de Lagos no Programa Bandeira Azul 2008, disse que é uma boa notícia para Lagos, mas mais satisfeito ficaria se os acessos às praias estivessem em melhores condições, assim como se os estacionamento e as arribas estivessem em condições. Referindo-se ao estudo mencionado na Informação sobre a proliferação de gaivotas na cidade, disse que o mesmo não dá solução ao problema. Constatou que faz falta fazer manutenção dos contentores de lixo à superfície, existentes pelo Concelho. Disse ter ficado satisfeito com a colocação do corrimão na Rua da Marombeira.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) solicitou mais pormenores sobre a reunião tida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal com o Senhor Chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, onde foram tratados os seguintes assuntos: - Esquadra da PSP; - Mercado de Escravos; - Forte da Meia Praia; - Troca de terrenos da Avenida dos Descobrimentos para a Capitania.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) solicitou esclarecimento sobre o atraso nas obras no Parque de Estacionamento da Avenida e na colocação da iluminação de Natal no Concelho.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, António Marreiros, sobre a questão das gaivotas informou que a Câmara Municipal tinha reunido inicialmente com os Bombeiros, Protecção Civil, Veterinário Municipal e Instituto de Conservação da Natureza (ICN) para se debruçar sobre uma solução para o problema, tendo chegado à conclusão de que a solução passaria, inicialmente, por chocalhar os ovos nos ninhos, mas a situação tinha que ser estudada para se poder “atacar este mal pela raiz”. Informou que vai haver iluminação de Natal, a montagem da mesma estava atrasada porque um dos concorrentes tinha reclamado e isso provocou atrasos no processo. Em relação aos acessos às praias disse que nunca se tinha investido tanto nesses acessos como no Verão de 2008. Acrescentou que muito há a fazer na Meia Praia, mas esta zona é uma zona que está em movimento com as construções que estão a ser feitas no local e essas obras vão trazer novos acessos à Meia Praia. Referiu também que os melhoramentos nos parques de estacionamento irão ser tomados em conta e tentar que os mesmos estejam melhores no próximo Verão, apesar de continuarem a ser provisórios, uma vez que os definitivos só irão surgir com o final de todas as obras previstas no Plano de Urbanização da Meia Praia.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, sobre o Centro de Ciência Viva disse que o mesmo tinha sofrido um problema grave com a queda de um muro, o que veio atrasar a sua inauguração; apesar de o Centro de Ciência Viva já estar a funcionar, parcialmente, a abertura oficial deverá ser no dia 27 de Janeiro de 2009. Em relação aos arquivos informou que o novo edifício da Câmara não tem espaço para juntar os arquivos, sendo que o arquivo geral, para já, vai manter-se no sítio actual, podendo ter instalações novas, quando a nova Biblioteca Municipal for



construída e o arquivo histórico e administrativo passar para as actuais instalações da Biblioteca Júlio Dantas. Informou que o Armazém do Espingardeiro irá cumprir a Lei das Acessibilidades. Sobre as preocupações da diminuição das receitas correntes, do aumento das despesas correntes e à fraca execução do PPI disse que preocupa todos. Disse que a queda da receita corrente decorre da crise económica-financeira que se verifica, da diminuição da taxa do IMI, que passou a ser a mais baixa do Algarve e uma das mais baixas do País e da diminuição do IMT. Disse que o aumento das despesas correntes é um timbre da governação actual da Câmara Municipal de Lagos e aumentar as despesas correntes para melhorar as condições das escolas, dos equipamentos desportivos, dos equipamentos culturais, do apoio aos estratos sociais menos favorecidos e à promoção turística, é assumido pelo actual Executivo Municipal, porque assim estão a criar uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais capaz de encarar o futuro. Acrescentou que apesar disto a Câmara tem feito um esforço para reduzir as despesas correntes, mas, decorrente da nova estrutura orgânica da Câmara Municipal, há necessidade de contratar mais pessoas, mas a ordem dada é de que não há mais pessoas para contratar. Em relação a medidas para minimizar a situação disse que as mesmas passam por inspirar a confiança no mercado, inspirar a confiança nos lacobrigenses, apoiar as entidades que querem investir em Lagos, sobretudo quando querem fazer investimentos estruturantes, uma vez que estes trazem postos de trabalho e pessoas a Lagos. Afirmou que um investimento privado pode alavancar uma situação que existe em benefício das gaivotas, dos ratos, do lixo e da porcaria e que não está a beneficiar os pescadores, nem as actividades marítimo-turísticas, nem os estaleiros. Afirmou que dizer-se que o Estado faça intervenções onde há muito não o faz, que não o pode fazer agora e nem tão cedo o fará é o mesmo que dizer-se que querem que as coisas fiquem na mesma, mas o actual Executivo Municipal não quer que tudo fique na mesma. As medidas para o Porto de Pesca não foram apresentadas pela Câmara Municipal, mas sim por quem tem o direito para propor novas iniciativas na área do porto de Lagos, na sequência de um contrato de concessão, a quem de direito, no caso ao Instituto Portuário e de Transportes Marítimos; a Câmara Municipal deu uma opinião sobre aquela operação e que é a que foi dada a conhecer, através da Bancada do PS, no Período Antes da Ordem do Dia. Disse que as medidas tomadas para minimizar a situação desagradável que o País se encontra, são: incutir tranquilidade, incutir esperança, incutir confiança aos agentes económicos, com as medidas, possíveis, no município, baixando o IMI, não lançando Derrama, baixando o IRS para as famílias, não aumentar a taxa municipal de urbanização ao nível do que estava previsto, fiando pelo nível da inflação. Sobre a execução do PPI referiu que não preocupava o Executivo o facto do mesmo não ser cumprindo a cem por cento, porque o PPI é um instrumento financeiro, mas é também um instrumento de confiança política, de incutir confiança nas populações e nas famílias ao nível do próprio território, acrescentando que há coisas que não tem a certeza que vão ser feitas, mas não querem abdicar do sonho, semi-realidade, de que será possível fazer, se houver as condições financeiras e dos serviços fazerem a sua execução. Sobre a reunião com o Chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças



Fl. 115v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

disse que mesma permitiu desbloquear a situação de trocas de terreno que permita executar a obra da nova Esquadra da PSP de Lagos, assim como dado a saber que o Forte da Meia Praia pode passar a ser usado pela Câmara Municipal, mediante o pagamento de uma renda, situação que vai ser contestada; foi também tratada a passagem, definitiva, do Mercado dos Escravos para a Câmara Municipal assim como foi tratada a permuta de dois terrenos situados na Avenidas dos Descobrimentos, junto à Albergaria Marina Rio. Informo que a obra do parque de estacionamento da Avenida ainda não arrancou porque houve a necessidade de fazer algumas avaliações arqueológicas e de transferir o PT que serve quase toda a cidade e para fazer essa transferência o parque de estacionamento tinha que ser fechado e ter as autorizações todas da EDP, situação que está num estado avançado, uma vez que já há todas as autorizações por parte da EDP. Aproveitou a oportunidade para informar que o que está a ser feito no parque de estacionamento do Anel Verde ainda são escavações arqueológicas, tendo sido encontrada uma lixeira do século XVI/XVII. Informou que por causa desta situação já tinha reunido com o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), podendo os muros de contenção do parque de estacionamento começarem a ser feitos.-----

-----**SAÍDA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, ausentou-se, definitivamente, da sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PSD	Eduardo Morales Almeida Santana	23.27

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, com a excepção das que foram tomadas por escrutínio secreto, foi utilizada a forma devotação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no próximo dia 2 de Dezembro de 2008, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, ainda no Ponto 3 da Ordem do Dia, tendo, eram 23 horas e 57 minutos, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....
.....,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--